**“Histórias do Trabalho no Sul Global”**
**“Historias del Trabajo en el Sur Global”**
**“Labour Histories from the Global South”**
**I Seminário Internacional de História do Trabalho**
**V Jornada Nacional de História do Trabalho**
**Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis**
**25-28 de Outubro de 2010**

# Dia do trabalho ou do trabalhador? Disputas e transformações do Primeiro de Maio ao longo dos anos 1920*

Isabel Bilhão**

Ao longo do período conhecido como Primeira República (1889-1930), a organização dos trabalhadores no Brasil foi marcada pelo surgimento de distintas correntes de militância. Para a delimitação que interessa a essa comunicação podemos definir, entre os mais atuantes, os anarquistas, os socialistas, os comunistas e os sindicalistas reformistas, aí incluídos os positivistas e os cooperativistas.

Para Claudio Batalha, as relações com a política institucional podem servir como um importante indicador das distinções entre eles. Para o autor observavam-se três formas de lidar com o Estado e com a política parlamentar: A primeira buscava a obtenção de direitos sociais, sem questionamentos do sistema político, sustentada pelo positivismo, cooperativismo e toda uma série de manifestações do sindicalismo reformista. A segunda

* As reflexões presentes nessa comunicação fazem parte de um projeto de pesquisa intitulado *Imagens e mensagens do Primeiro de Maio*: disputas e transformações nas representações da data ao longo do período republicano brasileiro, desenvolvido junto a Universidade Estadual de Londrina, financiado pelo CNPq.
** Doutora em História pela UFRGS e Professora Adjunta do Departamento de História da UEL (bilhao@uel.br)

propunha a conquista de direitos sociais aliadas a direitos políticos, visando à mudança do sistema pela participação no processo político eleitoral, posição dos socialistas, dos setores mais politizados do sindicalismo reformista e, nos anos 1920, dos comunistas.



Finalmente, a posição de negação da política institucional, depositando na ação direta a opção de pressão necessária para a obtenção de conquistas, defendida por sindicalistas revolucionários e anarquistas os quais, apesar de apresentarem algumas diferenças importantes, tinham em comum a opção pela rejeição de intermediários, de mediadores, fossem eles os partidos políticos, indivíduos ou representantes no governo (BATALHA, 2006, p. 173).

Estendendo a análise a outros aspectos da vida operária, podemos perceber que essas diferenças não ficaram restritas às formas de lidar com a política institucional e com o governo, pelo contrário, apontam para uma série de divergências nas concepções das lideranças a cerca do posicionamento em relação a diversos aspectos das vivências cotidianas dos trabalhadores, aí incluído o Primeiro de Maio, marcado tanto pelos embates por sua "paternidade" quanto por divergências em torno da "verdadeira" forma de sua celebração.

Assim, nas comemorações da data iniciadas na cidade do Rio de Janeiro, em 1891, por iniciativa de militantes socialistas[1], a exemplo da versão social-democrata internacional, as manifestações congregavam, sem maiores problemas, o caráter festivo e de protesto, apresentando o dia como o grande feriado da confraternização universal, instituído em 14/07/1889, quando se comemorava o centenário da tomada da Bastilha. Foi apenas alguns anos mais tarde, com o crescimento da influência anarquista[2] no movimento operário nacional, que o Primeiro de Maio passou a ser apresentado como dia recordar o enforcamento dos operários norte-americanos Engels, Spies, Fischer, Parsons e Lingg, em 1887, devendo ser visto, portanto, como um dia de greve, protestos e luto pelos "mártires de Chicago".

As manifestações eram precedidas de longas explicações publicadas nos jornais das entidades operárias, que não apenas destacavam a importância e o significado do Primeiro de Maio, segundo a postura ideológica do grupo editor, reforçadas por ilustrações e alegorias alusivas ao tema, como também faziam constantes apelos ao associativismo.

[1] Sobre os primórdios das comemorações, publicadas na imprensa operária, ver: PETERSEN, 1981.
[2] Sobre disputas e divergências entre comunistas e anarquistas e entre estes e sindicalistas revolucionários, ver: DULLES, 1977.

Além de, geralmente, enfatizarem o caráter internacional da data e na necessidade de provar aos trabalhadores europeus – referência constante – que no Brasil também poderia existir operariado consciente.



Entretanto, é importante salientar que além das disputas entre si, as lideranças operárias também precisaram competir com o governo, com os empresários e com a Igreja Católica pela definição da data, como "Dia do Trabalho" ou do trabalhador; como feriado nacional ou como dia de greve. Assim, entre *meetings* de protestos, cortejos ao som de bandas musicais pelas ruas das cidades, churrascadas e cervejadas oferecidas nas chácaras dos patrões, em missas ou solenidades oficiais, o Primeiro de Maio passou por transformações tanto em seu significado quanto em suas formas de representação, e estas contribuíram para forjar concepções no imaginário social e na memória operária, servindo não raras vezes como emblema das condutas e atitudes esperadas dos trabalhadores.

Em relação ao contexto sócio-político do período em análise, cabe salientar que os anos 1920 foram marcados por uma postura oscilante por parte do governo brasileiro, ora apontando para a possibilidade de criação de uma legislação social, ora aprovando leis repressivas no Congresso Nacional. Uma das mais dráticas, de 1921, previa a expulsão de estrangeiros cuja conduta fosse considerada nociva à ordem pública ou à segurança nacional, sendo portanto, a reedição da Lei nº 1.64, também conhecida como Lei Adolfo Gordo, em vigor desde 1907. A outra regulou o combate ao anarquismo, considerando crime não só a prática de atos violentos como também "fazer apologia aos delitos praticados contra a organização da sociedade", nessa vaga, muitas lideranças operárias foram presas e deportadas, entidades operárias foram fechadas e a onda grevista do período 1917-1919 arrefeceu.

Nesse contexto, como já foi dito, surgiram também os primeiros indícios de uma ação governamental no sentido de dotar o país de lesgislação social. Em 1919, por iniciativa dos Deputados Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento, foi apresentada ao Congresso Nacional a proposta de criação de um projeto de Código de Trabalho, no qual estavam previstas a regulamentação da jornada de oito horas diárias, a limitação ao trabalho de mulheres e menores e a licença para gestantes. O projeto foi obstado pelos industriais e pela maioria dos Congressistas, restando apenas a lei que regulava a indenização por acidentes de trabalho.

Portanto, durante a década de 1920, a redução da jornada de trabalho para oito

horas diárias – grande demanda unificadora das manifestações do Primeiro de Maio em todo o mundo – ainda era um sonho distante para a quase totalidade dos trabalhadores brasileiros, assinalando-se que a duração da jornada se estendia de 12 a 16 horas diárias na maioria das cidades do país, além disso, as demais leis aprovadas nos primeiros anos da década, mas não regulamentadas, serviram como estandartes reivindicatórios ao longo de várias celebrações do Primeiro de Maio, pelo menos entre aquelas entidades que pretendiam ter o governo como interlocutor ou que mantinham estratégias de pressão no campo político-partidário.



Nessa comunicação apresento a análise das disputas pelo significado e pela forma de marcar o Primeiro de Maio, estudadas através de imagens e textos sobre a data, produzidas por alguns dos distintos grupos que tentaram legitimar suas orientações ideológicas, formas de atuação e representação frente à sociedade e ao operariado, destacando-se nessa análise veículos de organizações operárias, comerciais e da Igreja Católica, além de mensagens publicadas em textos legais.

Dito isto, passemos a primeira imagem: uma fotografia, retocada nos padrões estéticos da época, retratando a manifestação operária de 1º de maio de 1919, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Nela, observa-se a grande passeata que se deslocou da Praça Mauá, pela Avenida Rio Branco, encerrando-se em frente ao Teatro Municipal.

Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 10/05/1919.

Observando a grande e variada multidão que ganhava às ruas da então capital do

país, pode-se perceber alguns características do contexto operário do período, especialmente o fato de que ele foi marcado por manifestações contra o aumento abusivo dos preços dos gêneros alimentícios em decorrência da I Guerra, e pela deflagração de greves gerais em várias cidades do país, entre os anos de 1917 e 1919, situação que se reflete no comparecimento expressivo de trabalhadores e suas famílias às comemorações da data.



Em janeiro de 1919, otimistas com a Revolução Russa, um grupo de importantes lideranças anarquistas havia criado um núcleo comunista-libertário na cidade e, naquele Primeiro de Maio, pela primeira vez desfilou com uma faixa portando o nome do Partido Comunista (DEL ROYO, 2007, p 228). Várias das lideranças presas em decorrência da onda grevista de 1918 foram soltas a tempo de participar das celebrações da data que, na avaliação da imprensa operária, foi a "manifestação mais grandiosa realizada até então". Sendo que *A Plebe* noticiou o comparecimento de 50 mil manifestantes e *A Razão* calculou esse número em 60 mil (Apud: DULLES, 1977, p. 87).

Na narrativa de Dulles, "Os discursos foram iniciados por José Fernandes, deportado de Curvello, em 1917 e que agora falava 'em nome do Partido Comunista'. Os maiores aplausos foram reservados para o discurso de José Elias da Silva, que louvou a Revolução Russa e criticou abertamente a estrutura social brasileira. Ponto alto da manifestação". (DULLES, 1977, p. 72).

Voltando à imagem, observamos que os participantes, interessados ou não na Revolução Russa, se apresentavam elegantemente vestidos e acompanhados de suas famílias, essa constatação pode indicar o fato de que aquele também era um dia importante para a construção da identidade operária que começava a se consolidar no país sendo, portanto, um momento privilegiado para demonstrar a importância social do trabalhador, que não podia, de maneira nenhuma, ser confundido com as chamadas "classes perigosas", – aqueles que se encontravam fora do mundo produtivo, indigentes e/ou delinqüentes ou que viviam de forma considerada desonrosa pela moral predominante no período, da prostituição, por exemplo[3].

Concordado com Dulles, Angela de Castro Gomes avalia que "o 1º de maio de

[3] Versão mais ou menos generalizada para o uso do qualificativo "classes perigosas" em diferentes obras: ver, entre outros: para a Inglaterra, ENGELS, 1985, (especialmente o capítulo "As grandes cidades" p. 35-92); para a França: CHEVALLIER, 2002; para o Brasil: GUIMARÃES, 1981; CHALLHOUB, S 1986, (especialmente o capítulo "Sobrevivendo..." p. 35-111).

1919, fora uma das maiores manifestações populares já ocorridas no Rio e também em São Paulo. Uma série de greves seguiu-se a esta mobilização" e os acontecimentos internacionais alimentavam o diagnóstico das lideranças anarquistas de que esse era um momento revolucionário (GOMES, 1994, p. 115).



Dentre estes acontecimentos, tem-se a assinatura do Tratado de Versalhes, em junho de 1919, estabelecendo o acordo para o armistício que pôs fim à conflagração mundial e, em sua Parte XIII, artigos 387 a 399, definindo os termos da Organização Internacional do Trabalho – OIT, baseando-se sua concepção tanto em princípios humanitários: pois reconhecia as condições injustas e degradantes de muitos trabalhadores, em várias partes do mundo, quanto políticos: uma vez que esse estado de coisas aumentava o risco de conflitos sociais, ameaçando a manutenção da paz, e econômicos: prevendo sanções aos países que não adotassem condições mais dignas de trabalho.

Como signatário do Tratado, o governo brasileiro assumiu interncionalmente o compromisso com a melhoria das condições de trabalho no país e, ao retornar da França, o chefe da delegação nacional em Versalhes, Epitácio Pessoa, assumiu a Presidência da República, governando até novembro de 1922.

Assinale-se, entretanto, que para fins de 1919, ocorreram grandes fracassos em greves significativas, como a de Santos e como a tentativa de greve geral proposta pela Federação Operária de São Paulo. Nessa ocasião Everardo Dias e muitos outros militantes foram presos e deportados. No Rio de Janeiro o jornal *Spartacus* foi fechado e seguiu-se violenta atuação da polícia carioca. Mas, segundo Gomes, deve-se destacar naquele momento a criação de outro jornal como órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ): a *Voz do Povo*. Para a autora, "ele seria o melhor exemplo de que o movimento anarquista investia na mobilização e na organização dos trabalhadores" (GOMES, 1994, p. 115.)

Em 1920 tornou-se flagrante a repressão organizada pelo governo Epitácio Pessoa. As novas autoridades nomeadas na Capital Federal receberam ordens de intensificar a luta contra o anarquismo. A questão social, ou melhor, a questão do anarquismo, foi definida como uma ameaça à ordem constituída, devendo ser eliminada por ação policial. "Sendo assim, as prisões de militantes, invasões e destruições de sedes de associações de classe não cessavam" (GOMES, 1994, p, 119).

A respeito dessa situação o Jornal anarquista, *A Plebe*, de São Paulo, já vinha

publicando desde abril as seguintes denúncias:

> Em plena reação – prende-se a esmo, por simples capricho!
> A polícia de São Paulo desembestou de vez [...] está pretendendo meter na cadeia toda a população operária de São Paulo.
> Nunca como hoje a massa trabalhadora de São Paulo esteve à mercê do arbítrio, da violência e do espírito vingativo da polícia paulista, a qual se encascou [sic] na cabeça acabar com os movimentos de reivindicações sociais e também com todos aqueles que possam esclarecer ou orientar seus companheiros mais inconscientes. (A Plebe, 24/4/1920, p. 2).



Além da força repressiva, já bastante desalentadora, tem-se ainda o incremento de uma nova disputa no interior do movimento operário, pois nesse momento torna-se cada vez mais clara a incompatibilidade das idéias anarquistas e comunistas e extingui-se o núcleo comunista-libertário, que havia originado a primeira tentativa de Partido Comunista no Brasil. Nas palavras de Del Roio, as tensões aumentaram "entre aqueles, como Edgard Leuenroth e José Oiticica, que defendiam o sindicalismo revolucionário, e Astrojildo Pereira e José Elias da Silva, que defendiam a necessidade de um partido operário vinculado à revolução russa e à Internacional Comunista" (2007, p. 230). Como veremos, essas divergências se aprofundaram e estiveram presentes nas celebrações posteriores do Primeiro de Maio.

Em finais de abril de 1920, realizou-se no Rio de Janeiro o 3º Congresso Operário Brasileiro (considerando-se como precedentes os de 1906 e 1913), dele participaram 135 delegados que discutiram os rumos da organização operária no país, optando-se, da mesma forma que nos Congressos anteriores, pelo "método federativo" de arregimentação.

Um dos pontos de discórdia foi a proposição da adesão do Congresso à Terceira Internacional Comunista. Em vista da negativa de Edgard Leuenroth, amparado por outros importantes militantes como Astrojildo Pereira e José Elias da Silva – que dois anos mais tarde participam da fundação do PBC – O Congresso brasileiro decidiu apenas transmitir "votos de felicidade ao importante acontecimento de Moscou" (DULLES, 1977, p. 113).

Não há, entretanto, menção a nenhuma manifestação relativa ao Primeiro de Maio no Rio de Janeiro ou em São Paulo naquele ano. Em outras paragens pode-se perceber, como no caso do jornal comercial *Correio do Povo*, de Porto Alegre, preocupações com a data. Naquele ano o veículo publicou um longo editorial no qual se podia ler sobre o "avermelhado clarão" que pairava sobre o movimento operário da cidade. O texto não negava, porém, a justeza de algumas das reivindicações operárias, reconhecendo que

“certamente no Brasil, males há a corrigir”. Insistindo, entretanto, que

> [...] a sua solução pode e deve vir não da subversão iniciada de baixo, mas emana do alto, de necessárias e oportunas reformas e medidas legislativas, muitas das quais de caráter inadiável [...] podem os poderes públicos intervir para facilitar [?] [a vida das] classes proletárias. (*Correio do Povo*, 1/5/19120, p, 1. Apud: PETERSEN. 2001, p. 373).



Ou seja, o veículo porto-alegrense, fazendo eco a alguns outros jornais comerciais do país, reconhecia a importância das demandas operárias, mas defendia que as transformações deveriam emanar de medidas legislativas, como aquelas em discussão no Congresso.

No final de abril de 1921, A Plebe, como de costume, publicou, uma longa explicação sobre a origem do 1º de Maio, apresentando sua versão da data como o dia de guardar luto pelos “mártires de Chicago”, mas não fez, entretanto, nenhuma referência a manifestações, *meetings*, ou reuniões nem no RJ, nem em SP.

Uma explicação possível para a situação, é a de que, nas palavras de Dulles, “o ano que se seguiu ao Terceiro Congresso Operário Brasileiro foi um período de desmantelamento geral da organização operária” (DULLES, 1977, p. 117). Momento de forte recessão econômica, desemprego e miséria, o mês de maio de 1921 marcou ainda o momento em que foram sancionadas, pelo presidente Epitácio Pessoa, as duas leis repressivas acima mencionadas.

Por outro lado, o jornal *O Operário*, órgão da Federação Católica do Trabalho, de Belo Horizonte, publicou no dia 19 de maio de 1921 uma matéria contendo o seguinte título: “Não estamos preparados!” na qual defendia a idéia de que

> O governo não dispõe de elementos para repressão dessa propaganda, porque a Constituição, uma Constituição de outros tempos mais pacíficos, lhe tolhe completamente os braços. Não está preparado porque não dispõem de legislação própria, porque não dispõem de elementos de repressão. Porque, enfim, se acha muito ingenuamente convencido de que em nossa terra não entrarão os *bolchevistas* quando a verdade é que suas idéias já cá estão e há muito proliferam.

Encerrando então com a afirmação do que poderia ser, para esse veículo, a forma de resolver o problema: “os católicos pelo seu número, pela sua qualidade, pela natureza de suas funções, pelo seu programa, seriam e são os únicos elementos capazes de acompanhar de perto o movimento e impedir sua desvirtuação” (*O Operário*, BH,

19/5/1921, p. 1).

Na mesma edição o jornal publicou uma série de informações sobre o movimento operário em Minas Gerais, enfatizando as comemorações do Primeiro de Maio em Divinópolis, nas palavras do redator, a data foi comemorada "de um modo digno dos maiores aplausos", após a descrição do cortejo pelas ruas centrais, o texto narrava a sequência da programação a qual incluiu a "transladação da imagem de São José para a vila operária; às 11 horas missa campal, após a missa, conferência *sobre a situação do operariado*, seguida de quermesse em benefício dos pobres". Finalizando a matéria, o jornal cumprimentava a comissão responsável pelos festejos e elogiava o operariado que "portou-se acima de qualquer elogio, concorrendo entusiasticamente a todos os atos com ruidosa alegria e zelo" (*O Operário*, 19/5/1921, p. 3).



Da longa matéria algumas questões podem ser destacadas, a primeira delas diz respeito ao fato de que amplos setores da sociedade e, nesse caso, a Igreja Católica, defendiam o "endurecimento do regime" no tocante à legislação repressiva. Os efeitos dessa campanha não tardaram: em 1926, no final do governo Bernardes, a reforma constitucional, tendo como justificativa a necessidade de enfrentamento do movimento tenentista, dotou o governo de maior autonomia para a decretação do estado de sítio, bem como para intervir nos estados e sindicatos, limitando ainda o direito dos presos políticos ao *habeas corpus*.

Outra questão assinalável é a de que, ao longo dos anos 1920, a Igreja passou a empenhar-se decisivamente na conquista de espaço nos meios operários e na discussão da "questão social", tendo como referencial a encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII e como um importante agregador e difusor de idéias, o Centro Dom Vital, fundado no Rio de Janeiro, em 1922. A partir desse período ficam claramente delimitados o anarquismo e bolchevismo como os "erros modernos" a serem combatidos, e a superação das mazelas sociais por meio da integração capital-trabalho como postura a ser defendida junto aos trabalhadores.

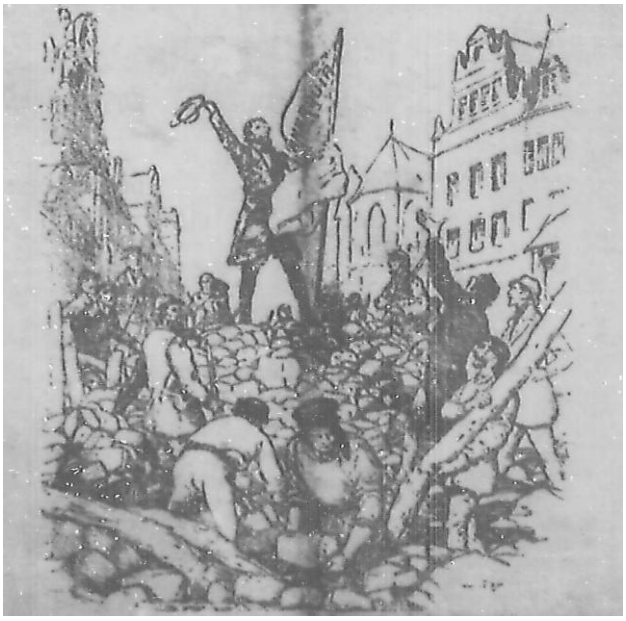
Em março de 1922, confirmou-se um dos temores do jornal católico mineiro, pois se realizou o Congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil, iniciado no Rio de Janeiro e concluído em Niterói, com a participação de nove delegados, que representaram 73 militantes. O partido se estruturou segundo os estatutos do PC da Argentina (PCA), e escolheu Abílio de Nequete, do grupo Comunista de Porto Alegre, como seu principal

dirigente, decisão que não perdurou, uma vez que Nequete foi preso e, após sua libertação, renunciou ao cargo em favor de Astrojildo Pereira, retornando ao Rio Grande do Sul. (DEL ROIO, 2007, p. 232).



Quanto ao Primeiro de Maio de 1922, a data voltou a ser grandiosamente comemorada no Rio, onde, ainda não completamente distanciados, anarquistas e comunistas conseguiram organizar juntos sua celebração. Na avaliação de Astrojildo Pereira esta teria sido um sucesso, especialmente diante das decepcionantes concentrações ocorridas em São Paulo (GOMES, 1994, p. 141).

Na capital paulista, o veículo anarquista *A Plebe*, por sua vez, publicou uma alegoria do que deveria ser o "grande triunfo operário":



A Plebe, SP, 1/5/1922, p. 1

À imagem somava-se a seguinte legenda: "A verdade triunfando sobre os embustes da burguesia, a reconstrução da nova sociedade encimada pela bandeira do anarquismo sobre os escombros do capitalismo".

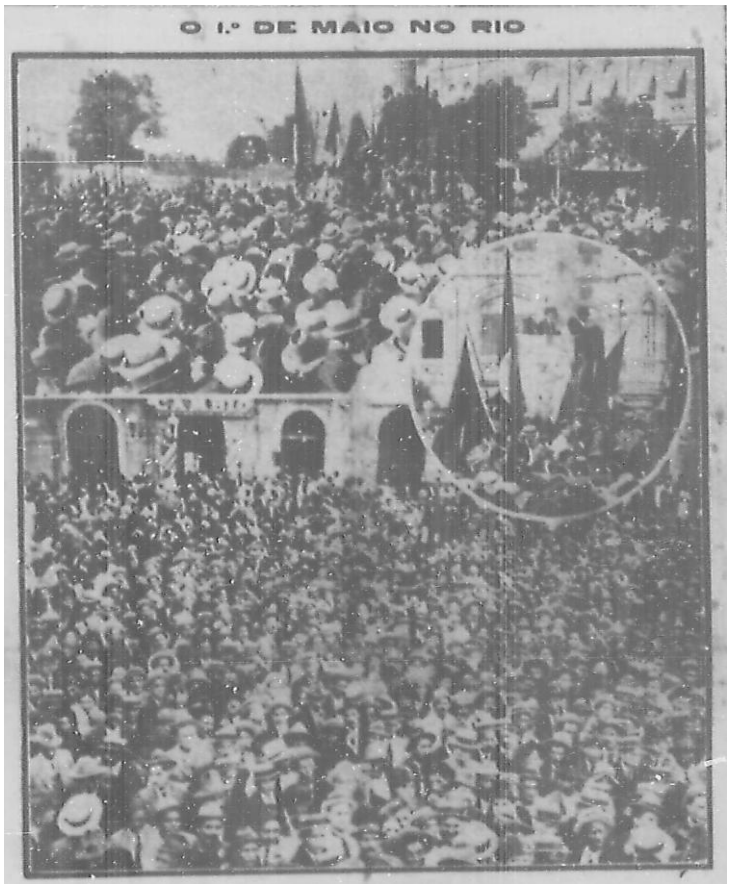
Nesse caso, a leitura imediata é a de que, embora ainda não aprofundadas publicamente, as divergências em torno da condução do movimento operário começam a se fazer sentir, sendo necessário mostrar, como única bandeira de transformação e de reconstrução social, "sobre os escombros do capitalismo", a alternativa anarquista.

Acompanhando a imagem, lia-se o seguinte texto:

> Comemorando a data do 1º de maio devemos firmar também nosso

> propósito de lutar nesse país, cuja estrutura e condições econômico-sociais são idênticas as das demais nações igualmente sujeitas ao regime capitalista, pela defesa de nossos direitos menosprezados.
> Aqui como em toda parte sofremos as conseqüências da carestia geral sem que nossos salários tenham melhorado [...]
> Somente assim firmando nossa união comemoraremos dignamente a data gloriosa do 1º de Maio. (A Plebe, 1/5/1922, p. 1)

Alguns dias mais tarde, o mesmo jornal estampava a seguinte composição fotográfica:




A Plebe, SP, 13/5/1922, p. 1

Anunciando tratar-se de um detalhe do "imponente comício da Federação dos Trabalhadores, realizado na Praça Mauá", no Rio de Janeiro, não fazendo nenhuma menção a possível colaboração entre entidades anarquistas e comunistas para sua efetivação.

Quanto às possíveis leituras dessa imagem, pode-se observar que, após dois anos de reclusão, as entidades operárias voltaram a ter poder associativo, numa demonstração de força que impressiona tanto pela quantidade de trabalhadores que novamente ocupam centro da Capital Federal, quanto pela repercussão do evento nos meios de informação.

Mas, essa força não perdurou, pois o levante da juventude militar do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922, deu margem à decretação do estado de sítio. Naquele momento o PCB mergulhou na ilegalidade e as lideranças oposicionistas passaram a sofrer perseguição policial, enquanto a vertente social-reformista era até estimulada e alvo de cooptação. Além disso, a divisão entre as lideranças anarquistas e comunistas, com atritos que chegavam ao confronto físico, contribuiu para a desorganização do movimento operário (DEL ROIO, 2007, p. 232).



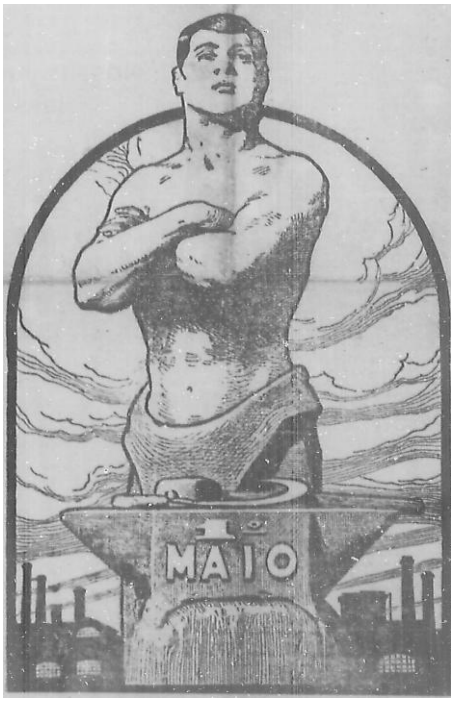
Na apreciação de Angela de Castro Gomes,

> [...] a situação de profunda crise nos meios sindicais do país e em especial na capital federal datava de antes, mas com o estado de sítio, a posição da imprensa anarquista, já precária tornou-se realmente insustentável. O recém-fundado Partido Comunista passou a ilegalidade e inúmeras associações de classe quase que desapareceram. São escassas as notícias sobre greves – apenas algumas, de categorias – ou sobre outros acontecimentos envolvendo a mobilização de trabalhadores. (GOMES, 1994, p.128).

Obviamente esse estado de coisas refletiu-se nas celebrações do Primeiro de Maio de 1923, novamente pelo relato d'*A Plebe* têm-se notícias dos acontecimentos da cidade de SP onde a data foi marcada por uma reunião operária no Theatro Palace, conforme os redatores:

> Durante o comício havia uns trinta agentes, dois delegados e cinqüenta soldados de infantaria, bem municiados, e 12 de cavalaria, distribuídos pelo teatro e adjacências.
> Nas ruas circunvizinhas notamos o mesmo aparato bélico, a mesma ostentação de força. No cruzar de todas as ruas do centro da cidade havia grupos de soldados. (A Plebe 12/5/1923, p. 2).

Nessa edição especial, *A Plebe* trazia, estampada em sua primeira página, a seguinte alegoria:




A Plebe 1/5/1923, p. 1

Acompanhando a imagem, aparecia a seguinte legenda: "O proletário, cruzando os braços paralisa a indústria: pensando e agindo revoluciona o mundo" (*A Plebe* 1/5/1923, p. 1)

No caso dessa imagem, e da mensagem que a acompanha, o que se pode inferir é que os redatores do jornal tentavam mostrar ao operariado uma realidade quase oposta ao que se vivia no momento: o jovem valoroso, de olhar altivo e peito aberto, ao cruzar os braços e depositar sobre a bigorna seus instrumentos de trabalho, a foice e o martelo, demostrava força e bravura capazes de paralizar o capitalismo e transformar a sociedade. A referência à foice e ao martelo podem indicar ainda uma certa esperança na rumos da Revolução Russa, antes da ruptura definitiva dos dirigentes do jornal com a opção bolchevista.

Como foi dito, esse período carcateriza-se pela oscilação governamental em relação ao movimento operário e aos trabalhadores entre a repressão brutal e o início da formação de uma legislação reguladora das relações produtivas. Assim, ainda em 1923, tem-se, por iniciativa do Deputado Elói Chaves[4], a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias do país e, em 1925, promulgaram-

[4] Decreto n° 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Disponível em: http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_12_04-A.asp

se duas leis importantes: a que previa quinze dias de férias anuais aos trabalhadores do comércio e da indústria e a que limitava o trabalho de menores. Entretanto, a lei de férias dependia de regulamentação e até 1930 não foi aplicada ao setor industrial, por pressão dos empresários.



Levando-se em consideração a repercussão da aprovação dessas leis, pode-se perceber nas manifestações da imprensa comercial em torno do Primeiro de Maio a disseminação do discurso da harmonia capital-trabalho no país. O jornal carioca, Correio da Manhã, publicou, em 1/5/1923, a seguinte nota:

> O 1º de Maio não é mais uma data em que a classe operária se reúna para exprimir, no terreno da pura teoria, aspirações vagas. Ao contrário, podem ser entoados calorosos hinos de triunfo sobre conquistas decisivas.

Em 1923, o Primeiro de Maio na Capital Federal, exprimindo a extensão da situação de ruptura, passa a ser organizado "à luz de duas federações sindicais: a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, congregando sindicatos comunistas, e a tradicional entidade libertária, a Federação Operária do Rio de Janeiro". Assim, os comunistas comemoram a data na Praça Mauá e os anarquistas na Praça 11 de Julho (KOCHER, 1987, p. 122).

Ainda conforme o estudo de Kocher, o jornal *O Paíz*, naquele mesmo ano, ofereceu ao público, como opção às manifestações das duas correntes, uma exposição sobre o centenário da independência do Brasil, afirmando no dia seguinte que: "A exposição venceu a Praça Mauá" (*O Paiz*, 2/5/1923), sendo que o periódico *O Imparcial* avaliou em cinco mil o número dos participantes no comício comunista. (*O Imparcial*, 2/5/1923. Apud: KOCHER, 1987, p. 122).

A respeito de *O Paiz*, comenta Angela de Castro Gomes, "Folha tradicionalmente oficiosa do governo da República, a partir de fevereiro de 1923, confiou a orientação da coluna "Seção Operária" a Sarandy Raposo, idealizador e líder dos sindicatos cooperativistas então reunidos na chamada Confederação Sindicalista Cooperativista do Brasil (CSCB)". Ainda segundo sua explicação, "[...] a difusão do sindicalismo cooperativista deveria ser feita sem ataques frontais às propostas concorrentes, que seriam insistentemente chamadas a colaborar, num grande esforço de reunião dos trabalhadores, logicamente sob coordenação da CSCB" (GOMES, 1994, p. 129).

Quando, em outubro de 1923, uma assembléia geral da CSCB aprovou a prática da ação parlamentar, os libertários foram definidos como "inimigo irreconciliável do sindicalismo cooperativista, do comunismo, do governo russo, de todos os governos e até de toda revolução limitada". Já os comunistas apresentavam "em suas atitudes e em seus atos, judiciosas tendências para a prática do cooperativismo e até da ação parlamentar tendências estas que os aproximavam da eficiência do sindicalismo cooperativista" (O Paiz, 12/10/1923, p. 6. Apud: GOMES, 1994, p. 136).



No final de 1923, inúmeros acontecimentos demonstram a ação conjunta de comunistas e cooperativistas e, em 1924, por ocasião do 1º de maio, *O Paiz* publicou na "Seção Operária" uma longa reportagem acerca das comemorações da data, enfatizando que, apesar de ter alcançado o comparecimento de aproximadamente dois mil trabalhadores, o *meeting* promovido pela Federação do Trabalhadores, em conjunto com a Confederação Sindicalista-Cooperativista, esteve longe de representar a grandiosidade das manifestações ocorridas em anos anteriores. Salientando ainda que "a massa – que supõe nada ter com essas coisas, e que está contentíssima com a sorte que o bom Deus lhe deu – ficou em casa, aproveitando a folgazinha concedida pelo Estado e pelo patronato" (*O Paiz*, 2/5/1924. Apud: CARONE, 1979, p. 137).

Dessa repreensão aos trabalhadores pode-se apontar para pelo menos três questões importantes: primeiro: por mais que, no momento, estivessem trabalhando juntos, o poder de convocatória de comunistas e cooperativistas não se mostrou suficiente para convencer os trabalhadores a superarem seu medo ou sua acomodação e se dirigirem à Praça Mauá. Segundo, a utilização da pilhéria na crítica à postura dos trabalhadores católicos pode indicar o aprofundamento do discurso anticlerical por parte de ambas as correntes organizatórias, motivado talvez pela participação mais ativa da Igreja no meio operário e, terceiro, a menção a "folgazinha concedida" pode apontar para a constatação de que, na prática, a data já era vista como feriado pela maioria dos trabalhadores, mesmo antes da decretação oficial, no mês de setembro.

Ainda em relação ao Primeiro de Maio de 1924, o *Correio da Manhã*, mais entusiasta que *O Paiz*, noticiou a realização de uma solenidade na Vila Marechal Hermes, no RJ (1/5/1924, p. 1). E, no dia seguinte, apresentou um relato das comemorações na Praça Mauá, trazendo como título a seguinte frase: "O dia consagrado à festa do trabalho teve ontem brilhante comemoração (2/5/1924, p. 5). Ilustrando a matéria a seguinte

fotografia:

Correio da Manhã, 2/5/1924, p. 5.

O jornal *A Plebe*, contudo, manteve-se firme em sua posição de divulgar a data como dia de luto e luta e ilustrou sua edição especial com a seguinte alegoria:

A Plebe, 1/5/1924, p.3.

A imagem era acompanhada da legenda "A revolução social tende para o extermínio dos instrumentos da opressão e da barbárie dignificando as ferramentas do trabalho útil e fecundo para o bem estar de toda a humanidade".

Já a Federação Operária do Rio Grande do Sul, marcou a data com a realização de um ato a portas fechadas. O veículo da FORGS, *O Syndicalista*, estampou, durante o mês de abril, o convite para que o "operariado consciente de Porto Alegre acorra ao Theatro Thalia, onde diversos oradores explicarão o significado da data de protesto pelo crime cometido contra os trabalhadores que tem a dignidade de reivindicar seus direitos". Lembrando em seguida que "o Primeiro de Maio não é dia de festa e sim de protesto" (*O Syndicalista*, 1/5/1924, p. 1, grifo no original).

A apreciação das diferentes versões para o significado e as formas de marcar a data indica que o período foi de grande efervescência no debate por sua definição. Cada grupo fez grande esforço para estabelecer seu "verdadeiro" significado e para prescrever a melhor fórmula para sua celebração. 1924 marcou ainda a entrada definitiva de importante contendor nesta arena, o governo, que decretou sua inclusão no calendário de feriados nacionais.

Mas antes disso, em julho de 1924, com o segundo levante tenentista, foi estabelecido novo estado de sítio. Várias organizações operárias foram fechadas e a imprensa colocada sob censura. Inúmeras lideranças do movimento sindical foram presas. Segundo o depoimento de Otávio Brandão, "os militantes que não despareceram pegaram anos de cadeia ou morreram na Clevelândia[5]" (Depoimento ao CPDOC, 1977. Apud: GOMES, 1994, p. 139)

A repressão talvez ajude a explicar os números citados por Leandro Konder, para quem, em 1924, no Rio de Janeiro, os comunistas controlariam 10% dos sindicatos, os anarcossindicalistas menos de 5% e os restantes, mais de 85%, estariam nas mãos de sindicatos autônomos, "trabalhistas" ou "amarelos". (KONDER, 2003, p. 50).

Dessa forma, combinado medidas repressivas à política de cooptação dos trabalhadores, o governo Bernardes, como foi dito, transformou o Primeiro de Maio em feriado oficial. Na mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura

[5] Colônia agrícola fundada no Oiapoque, Amapá, em 1922. A partir de maio de 1924 passou a receber presos políticos, especialmente anarquistas e sindicalistas revolucionários provenientes da região Sudeste, muitos dos quais morreram acometidos pelas doenças tropicais que infestavam a região. Ver: SAMIS, 2002.

da sessão legislativa de 1925, na qual prestou contas dos atos do Executivo durante o ano anterior, o presidente fez a seguinte referência à criação do "Dia do Trabalho":



> "Em virtude do decreto legislativo de nº 4859, foi incluído, entre os feriados nacionais, o dia 1º de Maio. A significação que esta data passou a ter, nestes últimos tempos, consagrando-se, não mais a protestos subversivos, mas a glorificação do trabalho ordeiro e útil, justifica plenamente nosso ato"[6].

Atendo-nos, por ora, exclusivamente ao discurso presidencial, podemos observar que Bernardes justificou a incorporação desse feriado aos dias de gala da Nação devido às transformações pelas quais a data teria passado, ou seja, ela não seria mais dia de greves e de protestos obreiros e sim dia de glorificação ao trabalho.

Em relação a esta última designação é interessante notar que o feriado foi oficialmente denominado "Dia do Trabalho", ou seja, estabeleceu-se como seu eixo comemorativo a ação de trabalhar e produzir de forma ordeira e útil para o progresso do país. Olhando por esse viés, pode-se inferir que nessa acepção os trabalhadores perderam seu protagonismo em relação à data, pois foram então incluídos nas comemorações todos aqueles que pertencem ao mundo produtivo, aí incluída a classe patronal.

Essa concepção "totalista" do trabalho foi apresentada em um texto de Severino Sombra, publicado em 1941, na revista *Cultura Política*, no qual o militar-sociólogo defendeu que não poderiam existir diferenciações entre atividade braçal e intelectual, devendo "o trabalho ser visto em toda a grandeza de sua hierarquia" (SOMBRA, 1941, Apud: GOMES, 1994, p. 223). Entretanto, nada nos desaconselha a pensar que essas idéias já estavam, pelo menos de forma incipiente, presentes na decretação do feriado, sendo mais tarde apropriadas e teorizadas, como tantas outras medidas precedentes, pelo Estado Novo varguista.

No Primeiro de Maio de 1925 foi então comemorado o "Dia do Trabalhador". Nas palavras de Kocher: "chegando ao ponto de a imprensa comunista, avaliando o comício da Praça Mauá, ter constatado na lista de oradores um número considerável de lideranças reformistas" (1987, p. 123). A nota dramática das celebrações daquele ano foi publicada no jornal *A Batalha*, de Lisboa. Segundo carta enviada por Domingos Passos, foi na Clevelândia que um grupo de militantes anarquistas se reuniu para marcar a passagem do

[6] BERNRADES, Artur da Silva. Mensagem ao Congresso Nacional, segunda sessão da décima segunda legislatura. Rio de Janeiro, 1925, p. 30. (http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1317/000003.html)

Primeiro de Maio e reafirmá-lo como dia de luto e luta. (SAMIS, 2002, p. 324)

Com o estado de sítio suspenso no final do ano de 1926, iniciou-se um novo, e breve, período de retomada do movimento operário. O PCB, em fins de abril, coordenou a organização do congresso da fundação da FTGB - Federação dos trabalhadores Gráficos do Brasil, ocorrida nos primeiros dias de maio. Do mesmo modo, o Partido procurou realizar uma manifestação do Primeiro de Maio que expressasse a "frente única proletária", a qual não ocorreu porque, nas palavras de Del Roio, "também os anarcossindicalistas, vinham se empenhando na reorganização do movimento segundo seu ponto de vista, fundando a Federação Operária do Rio de Janeiro" (2007, p. 237).



No período de janeiro a agosto de 1927 os comunistas aliaram-se novamente aos reformistas, fundaram o Bloco Operário – BO e publicaram o jornal *A Nação*. Nesse clima de euforia, o Primeiro de Maio foi marcado novamente pela realização de um grande comício na Praça Mauá, animando os dirigentes comunistas que o consideraram o mais concorrido desde o ano de 1919. (*A Nação*, 2/5/1927. Apud: KOCHER, 1987, p. 124).

Menos concorrido, porém marcando a persistência da divisão entre as lideranças operárias, esteve o comício dos anarquistas que, como em anos anteriores, celebraram a passagem da data na tradicional Praça Onze (GOMES, 1994, p 145).

A alegria militante, contudo, mostrou-se novamente fugaz, uma vez que o projeto de reforma da legislação penal foi sancionado, em agosto, por Washington Luís, colocando na ilegalidade o PCB e encerrando as atividades dos jornais *A Nação*, e *A Plebe*, dos anarquistas. (DEL ROIO, 2007, p. 237).

O Primeiro de Maio de 1928, no Rio de Janeiro, além dos comícios comunista e anarquista, contou com a manifestação promovida pelo Partido Democrático do Distrito Federal. *A Classe Operária*, novo jornal do PCB, qualificou este comício como uma forma de tentar fazer o operariado trocar o "comício da luta de classes para o comício da colaboração de classes", dirigindo críticas ainda aos anarquistas, "pela sua perene ação divisionista, e também aos 'festejos e solenidades' promovidos pelos líderes reformistas, afirmando que: era o 1º de Maio 'pintado de amarelo'" [A classe Operária, 5/5/1928, p. 2].

Já o Jornal *A Vida*, do Centro dos Operários das Pedreiras, do Rio, estampou em sua edição especial, imagens acompanhadas de pormenorizada explicação, prática incomum na maioria dos veículos ao publicarem ilustrações. Abaixo temos duas delas:

A Vida, 1/5/1928, p. 1.

Segundo o jornal, essa representaria: "a higiene social, o trabalhador consciente de sua missão histórica destruindo sobre [sic] os impulsos de sua ação reconstrutora, os preconceitos que impedem o advento de uma sociedade de trabalho, amor e fraternidade humana".

A Vida, 1/5/1928, p. 1.

E essa significaria que "essa multidão é a consciência dos oprimidos, explorados e vilipendiados que se avoluma, fazendo correr assustados os farsantes desta ridícula comédia social".

Em ambas percebe-se ainda a ênfase no caráter de protestos que deveria marcar a

data, na primeira, nota-se o protagonismo do operário que, com sua integridade e força, remove os cadáveres da sociedade capitalista decadente e, na segunda, a força da união proletária que põe a correr padres, burgueses e militares, numa alusão à conhecida tríade em que se assentaria a exploração dos trabalhadores.



Em 1929 as comemorações do 1º de maio foram novamente precedidas pela realização de um Congresso Operário Nacional, este, realizado entre 28 de abril e 1º de Maio, sob a influência do PCB, estabeleceu que seria empreendida uma campanha pela "Quinzena da Lei de férias" (DULLES, 1977, p. 310). Como atividade de encerramento do Congresso, foi convocado um comício de Primeiro de Maio na Praça Mauá.

Segundo a imprensa, esse comício foi bastante prestigiado, mas teve que concorrer com outros dois acontecimentos: a tradicional reunião de protesto dos anarquistas na Praça Onze, organizada pela FORJ e pela União dos Operários da Construção Civil, e a missa oficiada pelo arcebispo dom Sebastião Leme. A cidade via nascer um terceiro espaço para as comemorações do Dia do Trabalho: o espaço da Igreja Católica (GOMES, 1994, p. 145).

O jornal *Correio da Manhã* informava, nesse sentido, que os trabalhadores que "ainda não se deixaram seduzir pelas utopias comunistas" haviam ido comemorar a data na Igreja Matriz de Santana, onde ouviram os ensinamentos do "Filho do Carpinteiro" (*Correio da Manhã*, 2/5/1929, p. 2).

No dia 2 de janeiro de 1930, prenunciando as importantes mudanças que se consumariam ao longo da década, Getúlio Vargas leu, na Esplanada do Caslelo, no Rio de Janeiro, a Plataforma da *Aliança Liberal*, tratando dos problemas brasileiros e enfatizando as questões sociais, alegando que:

> O pouco que possuímos em matéria de legislação social não é aplicada ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes. (VARGAS, 2/1/1930. Apud: BONAVIDES e AMARAL, 1996).

Dentre os significativos acontecimentos daquele ano, tem-se em 1º de março a realização do pleito presidencial, cuja apuração, demorada e tensa, se estendeu até 22 de maio. Vários incidentes entre *prestistas* e *aliancistas* sucederam-se nesse interim ensejando a proibição, por parte da polícia da Capital Federal, de todas as manifestações públlicas, aí incluidas as do Primeiro de Maio.

Ao longo da década aqui historiada, observamos que a representação do Primeiro de Maio passou por muitas disputas que geraram grandes transformações em suas formas de comemoração e mesmo em seu significado, marcando posições de distintos grupos que tentaram legitimar suas orientações ideológicas, formas de atuação e representação frente à sociedade e ao operariado.



A partir de outubro de 1930, com a instauração do governo Vargas, ganhou progressivamente terreno o monopólio do Estado nas comemorações do Primeiro de Maio, manteve-se o caráter ritualístico das comemorações, mas, especialmente durante o Estado Novo, estas saíram das ruas e passaram a ocorrer em espaços circunscritos, como os estádios de futebol. Acentuando-se ao mesmo tempo o caráter festivo de integração entre capital e trabalho e a percepção do governante como bem-feitor do operariado, estratégia especialmente utilizada a partir de 1938 quando, a cada Primeiro de Maio, o Presidente a República, em seu discurso de saudação aos "trabalhadores do Brasil", anunciava a decretação de uma nova lei trabalhista.

## REFERÊNCIAS:


ARÊAS, Luciana Barbosa. "As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)". *História Social*, IFCH/UNICAMP, nº 4/5, 1997/1998.

BATALHA, Claudio. "Formação da Classe operária e projetos de identidade coletiva". In: FERREIRA, J. DELGADO, L. A. N. (orgs.) *O Brasil Republicano:* o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. I.

CARONE, Edgard. *O Movimento Operário no Brasil* (1877-1944). SP: DIFEL, 1979.

DULLES, John F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 1977.

DEL ROIO, Marcos. "A gênese do Partido Comunista (1919-1929). In: FERREIRA, J. e REIS, D. A. *As esquerdas no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 2007, vol. I.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2ª Ed. RJ: Relume Dumará, 1994.

KOCHER, Bernardo. LUTO-LUTA. O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro, 1890-1940. UFF, 1987. (Dissertação de Mestrado).

KONDER, Leandro. *História das idéias socialistas no Brasil*. SP: Expressão Popular, 2003.

PETERSEN, Silvia. *Origens do Primeiro de Maio no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS/MEC, 1981.

_____. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria!* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. SP: Imaginário, 2002.

VARGAS, Getulio. "A plataforma da Aliança Liberal". In: BONAVIDES, P. e AMARAL, R. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996, vol. 4.